



## Omni Banco S.A.

CNPJ nº 06.850.229/0001-47

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Srs. Acionistas:** Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras do Omni Banco S.A., acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022. **Sobre o Omni:** O Omni Banco S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento. **Desempenho Econômico-Financeiro:** Em 31 de dezembro de 2022, o Omni possui ativos totais de R\$ 4,8 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos, e receitas de intermediação financeira de R\$ 1,06 bilhão. O patrimônio líquido em dezembro de 2022 é de R\$ 423 milhões (R\$ 336 milhões em dez/2021). O lucro líquido do exercício é de R\$ 134 milhões (R\$ 62 milhões em dez/2021).  
São Paulo, 30 de março de 2023

A Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos</b>	<b>9.a</b>	<b>4.303.311</b>	<b>3.046.855</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>4.620.614</b>	<b>3.221.821</b>	Instituições financeiras		5.268	6.107
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<b>4 e 5</b>	3.005.397	1.833.816	Depósitos		3.556.645	2.406.820
Títulos e valores mobiliários	<b>4 e 6</b>	198.214	189.168	Letras financeiras		626.123	511.769
Relações Interfinanceiras	<b>4 e 5.b</b>	29.481	53.629	Letras financeiras - Linhas Temporárias Especiais de Liquidez		-	11.963
Operações de créditos	<b>7</b>	1.387.522	1.145.208	Dívidas subordinadas		115.275	110.196
<b>(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>7.g</b>	<b>(182.565)</b>	<b>(117.544)</b>	<b>Provisões</b>	<b>11</b>	<b>40.642</b>	<b>44.939</b>
<b>Créditos tributários</b>	<b>12.b</b>	<b>189.555</b>	<b>142.825</b>	Contingências		40.642	44.939
<b>Outros Ativos</b>	<b>8</b>	<b>177.031</b>	<b>228.236</b>	<b>Outros passivos</b>		<b>38.522</b>	<b>48.206</b>
<b>Imobilizável de uso</b>		<b>184</b>	<b>350</b>	Fiscais e Previdenciárias	<b>10.a</b>	4.164	9.768
<b>(-) Depreciações</b>		<b>(134)</b>	<b>(119)</b>	<b>Outros passivos</b>	<b>10.b</b>	<b>34.358</b>	<b>38.438</b>
<b>Intangível</b>		<b>38.950</b>	<b>38.950</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>422.608</b>	<b>336.161</b>
<b>(-) Amortização</b>		<b>(38.562)</b>	<b>(38.368)</b>	Capital social		300.000	200.000
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.805.083</b>	<b>3.476.161</b>	Reservas de lucros		122.611	136.155
				Outros resultados abrangentes		(3)	(4)
				<b>Total do Passivo</b>		<b>4.805.083</b>	<b>3.476.161</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Reserva		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados		Total
	Capital Social	Legal		Lucros	Acumulados	
<b>Saldos no início do exercício de 2021</b>	<b>200.000</b>	<b>9.686</b>	<b>64.027</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>273.710</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	(1)	62.452	62.452
<b>Destinações do lucro:</b>	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	3.123	-	-	(3.123)	-
Reserva de lucro	-	-	59.329	-	(59.329)	-
<b>Saldos no fim do exercício de 2021</b>	<b>200.000</b>	<b>12.809</b>	<b>123.356</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>336.161</b>
<b>Saldos no início do exercício de 2022</b>	<b>200.000</b>	<b>12.809</b>	<b>123.356</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>336.161</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	134.131	134.131
<b>Destinações do lucro:</b>	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	6.707	-	-	(6.707)	-
Reserva de lucro	-	-	127.424	-	(127.424)	-
Aumento de Capital Social	100.000	-	(100.000)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(47.685)	-	-	(47.685)
<b>Saldos no fim do exercício de 2022</b>	<b>300.000</b>	<b>19.516</b>	<b>103.095</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>422.608</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	<b>300.000</b>	<b>17.803</b>	<b>118.243</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>436.033</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	6	6
<b>Lucro líquido do semestre</b>	-	-	-	-	34.250	34.250
<b>Destinações do lucro:</b>	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.713	-	-	(1.713)	-
Reserva de lucro	-	-	32.537	-	(32.537)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(47.685)	-	-	(47.685)
<b>Saldos no fim do exercício de 2022</b>	<b>300.000</b>	<b>19.516</b>	<b>103.095</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>422.608</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Omni Banco S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consistências das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SIFIN), e Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras: As alterações adotadas das Resoluções CMN nº 4.818/2000 e BCB nº 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2023.

#### 3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, relações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **d) Ativo circulante e realizável a longo prazo: Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil: (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacadada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **Instrumentos financeiros derivativos:** A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a "hedge", com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de "hedge", são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN. Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia a dia do balanço. **a) Avaliação de operações de Futuro e Futuro com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso). A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. **Cessões de crédito:** As cessões de créditos realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012, foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato. **e) Outros ativos: Despesas antecipadas:** São contabilizadas nas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas. **Ativos não Financeiros Mantidos para Venda:** A Resolução nº 4.747 de 29 de agosto de 2019 dispõe sobre os critérios para reconhecimento e mensuração contábil de ativos não financeiros mantidos para venda pelas instituições financeiras. Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes. **f) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **g) Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos. **h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo exceder seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. **i) Passivos: Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia a dia. **Demais passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período. **j) Provisões:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.923 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. **Provisões** - São reconhecidas contabilmente quando as opiniões da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgadas em nota explicativa. **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. **k) Resultados recorrentes/não recorrentes:** As políticas internas do Banco consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social. Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os principais resultados recorrentes estão apresentados a seguir:

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Resultado não recorrente do período	4.993	4.993	-
Lucros na alienação de Investimentos líquidos de impostos <sup>(1)</sup>	29.257	129.138	62.452
<b>Resultado recorrente do semestre/exercício</b>	<b>34.250</b>	<b>134.131</b>	<b>62.452</b>

<sup>(1)</sup> O Omni Banco alienou 100% de suas ações da empresa OMNI 1 gerando um resultado não operacional de R\$ 9.078, em dezembro de 2022. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A alíquota atual em vigor para a contribuição social é de 20%. Entretanto através da Medida Provisória nº 1.115/2022, dos períodos de agosto a dezembro/2022 a alíquota vigente foi de 21%; voltando a ser a alíquota anteriormente citada a partir de 2023. **m) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de

prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: - Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o semestre em referência. - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Descrição	2º Sem 2022		31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
<b>Saldos no Início do Período</b>	<b>949.789</b>	<b>326.067</b>	<b>468.991</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
Em moeda Nacional	-	-	-	-	-	-
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>18.779</b>	<b>18.779</b>	<b>1.588</b>	<b>18.779</b>	<b>18.779</b>	<b>1.588</b>
Em moeda Nacional	-	-	-	-	-	-
<b>Aplicações</b>	<b>1.047.963</b>	<b>1.047.963</b>	<b>324.469</b>	<b>1.047.963</b>	<b>1.047.963</b>	<b>324.469</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.066.752</b>	<b>1.066.752</b>	<b>326.067</b>	<b>1.066.752</b>	<b>1.066.752</b>	<b>326.067</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>116.963</b>	<b>740.685</b>	<b>(142.924)</b>	<b>116.963</b>	<b>740.685</b>	<b>(142.924)</b>

Aplicações com prazos de vencimentos variados são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa. Relevar-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentarem risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição por vencimento:

Descrição	2022					2021		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Contábil	Valor	Valor	Valor	Custo
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Aplicações interfinanceiras de Liquidez	1.676.526	191.042	89.866	1.957.434	1.957.434	1.571.081	1.571.081	1.571.081
<b>Total</b>	<b>1.676.526</b>	<b>191.042</b>	<b>89.866</b>	<b>1.957.434</b>	<b>1.957.434</b>	<b>1.571.081</b>	<b>1.571.081</b>	<b>1.571.081</b>

As Aplicações interfinanceiras de liquidez classificadas como caixa e equivalentes de caixa totalizam R\$ 1.047.963 (R\$ 262.735 em 2021) nota 4.a.

b) Relações Interfinanceiras:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	Valor	Valor	Valor
<b>Créditos vinculados a moedas eletrônicas</b>	<b>10.567</b>	<b>46.271</b>	<b>10.567</b>	<b>46.271</b>
Vencimentos instantâneos - PIX	-	-	-	-
<b>Créditos vinculados a operações de microfinanças</b>	<b>135</b>	<b>1.953</b>	<b>135</b>	<b>1.953</b>
<b>Total</b>	<b>10.702</b>	<b>52.041</b>	<b>10.702</b>	<b>52.041</b>

#### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição dos títulos e valores mobiliários:

Descrição	2022		2021	
	Valor	Valor	Valor	Valor
<b>Carteira Própria</b>	<b>194.192</b>	<b>127.434</b>	<b>194.192</b>	<b>127.434</b>
Títulos de Renda Fixa	174.902	111.265	174.902	111.265
Cotas de Fundos de Investimentos	19.290	16.169	19.290	16.169
<b>Vinculados a Prestação de Garantias</b>	<b>4.022</b>	<b>-</b>	<b>4.022</b>	<b>-</b>
Títulos dados em garantias - Op. de Cartão (i)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>198.214</b>	<b>127.434</b>	<b>198.214</b>	<b>127.434</b>

(i) Relevar-se em garantias de saldo de moeda eletrônica, registradas na rubrica "Vinculados ao Banco Central". Os Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, classificados como caixa e equivalentes de caixa totalizam R\$ 0 (R\$ 61.734 em 2021) nota 4.a.

b) Composição por vencimento:

Descrição	2022					2021		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Contábil	Valor	Valor	Valor	Custo
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Carteira Própria	38.056	81.669	74.467	194.192	194.192	127.434		





# Omni Banco S.A.

CNPJ nº 60.850.229/0001-47

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

### b) Despesas com Operações de Captações de Mercado e Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º Sem. 2022		2022		2021	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Depósitos a prazo	(187.556)	(318.456)	(167.639)			
Depósitos interfinanceiros	(740)	(1.112)	(752)			
Despesas de operações compromissadas	(405)	(860)	(163)			
Despesas com linha temporária de liquidez	(765)	(1.458)	(9.239)			
Outras despesas de captação <sup>(1)</sup>	(60.134)	(101.967)	(37.517)			
<b>Total</b>	<b>(249.600)</b>	<b>(423.853)</b>	<b>(215.310)</b>			

<sup>(1)</sup> Outras despesas de captação em sua maioria são representadas por despesas com Letras Financeiras.

### 10. OUTROS PASSIVOS

#### a) Fiscais e previdenciárias:

Descrição	2022		2021	
	Curto prazo	Total	Curto prazo	Total
Imposto de renda e contribuição social	689	689	6.995	
Contribuição para o COFINS	1.785	1.785	1.081	
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	381	381	344	
Impostos e contribuições sobre salários	847	847	1.022	
Imposto Sobre Serviços - ISS	138	138	144	
Programa de Integração Social - PIS	290	290	176	
Outros	34	34	6	
<b>Total</b>	<b>4.164</b>	<b>4.164</b>	<b>9.768</b>	

#### b) Outros passivos:

Descrição	2022		2021	
	Curto prazo	Não circulante	Total	Total
Outras obrigações <sup>(1)</sup>	12.834	6.242	19.076	24.519
Comissões a pagar <sup>(2)</sup>	-	3.992	3.992	4.688
Provisão para pagamentos a efetuar	1.374	-	1.374	5.420
Outras contas a pagar	9.916	-	9.916	3.811
<b>Total</b>	<b>24.124</b>	<b>10.234</b>	<b>34.358</b>	<b>38.438</b>

<sup>(1)</sup> Reclassificação de Resultado de Exercícios Futuros em 2022 no montante de R\$ 1.750 (R\$ 6.275 em 2021) conforme resolução BCB 92 de 06 de maio de 2021. <sup>(2)</sup> As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pelo Banco.

### 11. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

a) Composição das provisões: O Banco é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

Descrição	2022			2021		
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2021	Constituição	(Reversão)
Ações trabalhistas e cíveis <sup>(1)</sup>	2.038	828	(663)	2.203		
Ações fiscais	42.901	2.338	(6.800)	38.439		
<b>Total</b>	<b>44.939</b>	<b>3.166</b>	<b>(7.463)</b>	<b>40.642</b>		

Descrição	2021			2020		
	Saldo em 31/12/2020	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2020	Constituição	(Reversão)
Ações trabalhistas e cíveis <sup>(1)</sup>	2.228	502	(692)	2.038		
Ações fiscais	41.989	912	-	42.901		
<b>Total</b>	<b>44.217</b>	<b>1.414</b>	<b>(692)</b>	<b>44.939</b>		

<sup>(1)</sup> Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra o Banco. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas. b) Detalhamento dos processos judiciais classificados por probabilidade de perda:

Perdas	2022		2021		Total
	Ações trabalhistas	Tributária	Riscos cíveis	Total	
Qtd. Valor	Qtd. Valor	Qtd. Valor	Qtd. Valor	Qtd. Valor	
Prováveis	15 916	4 38.439	464 1.287	483 40.642	
<b>Total</b>	<b>15 916</b>	<b>4 38.439</b>	<b>464 1.287</b>	<b>483 40.642</b>	

Perdas	2021		2020		Total
	Ações trabalhistas	Tributária	Riscos cíveis	Total	
Qtd. Valor	Qtd. Valor	Qtd. Valor	Qtd. Valor	Qtd. Valor	
Prováveis	13 976	6 42.901	392 1.062	371 44.939	
<b>Total</b>	<b>13 976</b>	<b>6 42.901</b>	<b>392 1.062</b>	<b>371 44.939</b>	

### 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e dos Juros sobre Capital Próprio	88.088	88.088	62.530	62.530
<b>Adições</b>	<b>106.038</b>	<b>106.038</b>	<b>23.948</b>	<b>23.948</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	95.800	95.800	22.998	22.998
Provisão para contingências	-	-	722	722
Provisões operacionais	70	70	71	71
Despesas não dedutíveis	17	17	30	30
Outras adições	10.151	10.151	127	127
<b>Exclusões</b>	<b>(131.806)</b>	<b>(131.806)</b>	<b>(65.196)</b>	<b>(65.196)</b>
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(69.865)	(69.865)	(22.504)	(22.504)
Perdas com créditos - Lei nº 9.430	(69.959)	(69.959)	(38.965)	(38.965)
Reversão de provisão para contingências	(4.297)	(4.297)	-	-
Juros SI Capital Próprio	(47.685)	(47.685)	-	-
Outras exclusões	-	-	(3.727)	(3.727)
<b>Lucro real antes da compensação</b>	<b>2.320</b>	<b>2.320</b>	<b>21.282</b>	<b>21.282</b>
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(696)	(696)	(6.385)	(6.385)
<b>Lucro real após a compensação</b>	<b>1.624</b>	<b>1.624</b>	<b>14.897</b>	<b>14.897</b>
<b>Total do imposto de renda e contribuição social (I)</b>	<b>(382)</b>	<b>(331)</b>	<b>(3.700)</b>	<b>(3.512)</b>
Dedução incentivos fiscais - Rouanet/FUMCAD/PRONON				
PRONON/IDOSO	14	-	127	-
Dedução incentivos fiscais - PAT	10	-	90	-
<b>Alíquota de 15%</b>	<b>(138)</b>	<b>(331)</b>	<b>(2.234)</b>	<b>(3.512)</b>
<b>Adicional 10%</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>	<b>(1.468)</b>	<b>-</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>25.952</b>	<b>20.772</b>	<b>3.849</b>	<b>3.074</b>
A - Média Provisória <sup>1</sup> 1.115 de 28/04/2022 majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras para 21% durante o período de agosto a dezembro/22.				

#### b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL a partir de 2020 (constituída)	275.698	275.698	175.840	175.840
<b>Adições temporárias:</b>	<b>145.535</b>	<b>145.535</b>	<b>141.548</b>	<b>141.548</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 2018 (constituída)	134.097	134.097	140.808	140.808
Provisão para contingências a partir de 2019 (constituída)	994	994	665	665
Ajuste a valor de mercado	5	5	8	8
Demais provisões temporárias	10.439	10.439	67	67
<b>Total das diferenças temporárias</b>	<b>421.233</b>	<b>421.233</b>	<b>317.388</b>	<b>317.388</b>
<b>Total do crédito tributário</b>	<b>105.308</b>	<b>84.247</b>	<b>79.347</b>	<b>63.478</b>

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 4.942/20 do Conselho Monetário Nacional. Referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

%	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
	IRPJ	28,28%	9,56%	5,97%	5,73%	6,91%	8,18%	9,57%	10,91%	12,53%	7,70%
CSLL	22,62%	7,64%	4,72%	4,59%	5,53%	6,54%	7,65%	8,72%	10,02%	6,16%	84,247
<b>Valor Previsto</b>	<b>50.912</b>	<b>17.191</b>	<b>10.634</b>	<b>10.331</b>	<b>12.454</b>	<b>14.728</b>	<b>17.232</b>	<b>19.639</b>	<b>22.558</b>	<b>13.876</b>	<b>189.555</b>
<b>Presente</b>	<b>44.758</b>	<b>13.286</b>	<b>7.225</b>	<b>6.171</b>	<b>6.539</b>	<b>6.799</b>	<b>6.993</b>	<b>7.007</b>	<b>7.075</b>	<b>3.826</b>	<b>109.679</b>
<b>SELIC</b>	<b>1.1375</b>	<b>1.2939</b>	<b>1.4718</b>	<b>1.6742</b>	<b>1.9044</b>	<b>2.1662</b>	<b>2.4641</b>	<b>2.8029</b>	<b>3.1883</b>	<b>3.6267</b>	

## A DIRETORIA

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores do **Omni Banco S.A. - São Paulo - SP**, opinamos: Examinamos as demonstrações financeiras do Omni Banco S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Omni Banco S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não

temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

Descrição	Saldo em 31/12/2021			Saldo em 31/12/2022		
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL a partir de 2020 (constituída)	79.128	65.863	(20.927)	124.064		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 2018 (constituída)	63.363	51.058	(54.077)	60.344		
Provisão para contingências a partir de 2019 (constituída)	300	175	(27)	448		
Demais provisões temporárias	30	4.763	(96)	4.697		
<b>(=) Subtotal do crédito tributário</b>	<b>142.821</b>	<b>121.859</b>	<b>(75.127)</b>	<b>189.553</b>		
(+) Ajuste a valor de mercado - Outros Resultados Abrangentes	4	70	(72)	2		
<b>(=) Total do crédito tributário</b>	<b>142.825</b>	<b>121.929</b>	<b>(75.199)</b>	<b>189.555</b>		

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com honorários da diretoria no exercício de 2022 foram no montante de R\$ 2.425 (R\$ 2.757 em dez/2021). O Banco concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição). O Banco não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados. b) Transações com partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totaliza R\$ 136.044 (R\$ 240.149 em dez/2021), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 136% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Omni, estão demonstrados a seguir:

Descrição	2022		2021	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>2.248.346</b>	<b>245.060</b>	<b>1.619.825</b>	<b>122.831</b>
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	-	62	4.101	328
Omni Crédito, Financiamento e Investimento	2.248.346	244.998	1.615.724	122.503
<b>Outros ativos</b>	<b>3.551</b>	<b>-</b>	<b>1.000</b>	<b>741</b>
Omni Crédito, Financiamento e Investimento	3.551	-	-	250
Vector Tecnologia e Serviços Ltda.	-	-	1.000	105
SYM Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	386
<b>Total de Ativos e Receitas</b>	<b>2.251.897</b>	<b>245.060</b>	<b>1.620.825</b>	<b>123.572</b>
<b>Depósitos a vista</b>	<b>19.332</b>	<b>-</b>	<b>119.847</b>	<b>-</b>
Agility Gestão e Cobrança Ltda.	8.578	-	11.929	-
Omni Informática Ltda.	6.142	-	10.611	-
Omni Companhia Securitizadora	2.201	-	10.568	-
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	320	-	331	-
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	486	-	1.470	-
Omni Crédito, Financiamento e Investimento	1.504	-	60.076	-
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda.	22	-	24.818	-
Mova Sociedade de Emprestimo entre pessoas S/A	22	-	44	-
Finsol Sociedade de crédito ao microempreendedor e a empresa	79	-	-	-
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>(645)</b>	<b>3.803</b>	<b>(559)</b>
Omni Crédito, Financiamento e Investimento	-	(290)	-	(542)
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	-	(347)	3.803	(3)
Mova Sociedade de Emprestimo entre pessoas S/A	-	(6)	-	(13)
<b>Depósito a prazo</b>	<b>34.873</b>	<b>(4.557)</b>	<b>24.795</b>	<b>(637)</b>
Agility Gestão e Cobrança Ltda.	6.564	(977)	3.613	(223)
SYM Corretora de Seguros Ltda.	-	(530)	-	-